

---

## Artigos Originais

### SOCIEDADE E CULTURA: FACES E INTERFACES

Larissa Souto Bargmann Netto<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os Estudos Culturais encontram novos desafios neste início de século XXI. Este artigo busca tratar algumas perspectivas atuais pertinentes aos mesmos, tendo como tema central os mapeamentos culturais, que visam trazer à luz a diversidade cultural e, por meio dela, promover o desenvolvimento social. Esta relação nasce da constatação de uma nova premissa na organização do urbano e da vida em sociedade. Uma perspectiva que considera a cultura como um caminho até então subestimado para o desenvolvimento humano e, como consequência, o desenvolvimento social. O que propomos são mapeamentos culturais, que nos levem a conhecer a cidade de maneira mais cotidiana, em seus pequenos espaços, compreendendo suas micro-organizações para descobrir de que forma as políticas públicas podem se tornar mais efetivas, dando ênfase às particularidades e às formas alternativas de sobrevivência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mapas culturais. Diversidade cultural. Geografia cultural. Geografia urbana. Capital social.

*Society and culture: faces and interfaces*

**ABSTRACT:** The Cultural Studies faces new challenges in this early XXI century. This article seeks to discuss some actual perspectives related to them, having as central theme the Cultural Mappings, which aim to unearth the Cultural Diversity and thereby to promote the Social Development. This relationship arises by the constation of a new premise on the organization of urban and the life in society. A perspective that considers the culture as a path, until then, underestimated for the human development and, as a consequence, the social development. What we propose are Cultural Mappings which will allow us to know the city in a daily way, in its small places, understanding its micro-organizations to find out how the public politics can become more effective, emphasizing the peculiarities and the alternative ways of survival.

**KEYWORDS:** Cultural mappings. Cultural diversity. Cultural geography. Urban geography. Social capital.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, aluna especial do programa da Pós-graduação em Geografia na mesma instituição, membro fundador do Coletivo Goma e membro da Organização Não Governamental ANGA (laribin@gmail.com).

## Os mapas culturais e o universo da cultura

A cidade tornou-se um labirinto de sentidos. Cada lugar, cada espaço desse grande quebra-cabeça apresenta diversas particularidades. Compreender a cidade passa por perceber essas diferenças e, ao invés de se imaginar homogeneizá-las, entender a riqueza e importância de cada uma delas. Por algum tempo, acreditou-se que a globalização acabaria por aniquilar as diferenças culturais existentes no planeta, como se a diversidade pudesse ser banida pelo poder dos fluxos de capital. Entretanto, tal premissa mostrou-se não absoluta, dado que as tensões entre o global e o local trouxeram à luz questões como a diversidade e a importância de se preservá-la. Atribuíram-se, assim, sentidos amplos aos processos de aculturação, resistência cultural, diversidade e globalização. Nesse sentido, Canclini (2003) afirma:

as tensões entre globalização e interculturalidade podem ser concebidas como uma relação entre épica e melodrama. As cisões que hoje separam as ciências sociais ocorrem, em grande medida, entre quem procura montar relatos épicos com as conquistas da globalização (na economia, em certa parte sociologia e na comunicação) e os que constroem narrações melodramáticas com as fissuras, as violências e as dores da interculturalidade (na antropologia, na psicanálise, na estética). Quando os primeiros admitem, nas margens do relato, os dramas interculturais, como se fossem resistências à globalização, logo tratam de garantir que estas serão eliminadas pela marcha da história e pela sucessão de gerações. Para os segundos, as profundas e persistentes diferenças e incompatibilidades entre culturas mostrariam o caráter parcial dos processos globalizadores, ou seu fracasso, ou os novos deslocamentos gerados pela precipitada unificação do mundo, pouco atenta a tudo o que discrimina e separa. Nos últimos anos, alguns narradores da globalização e alguns defensores das diferenças locais e subjetivas começaram a se escutar uns aos outros: para além da preocupação por contar uma épica ou um drama, interessa aqui entender o que acontece quando ambos os movimentos coexistem.

Desta forma, percebemos que existem contrapontos sobre a globalização e sua capacidade de uniformizar o mundo. Pois, ao mesmo tempo em que existe um movimento que se crê capaz de pasteurizar as culturas, existe outro, que é o da luta pela manutenção das particularidades, sonhos, desejos e hábitos de cada grupo que compõe o nosso planeta. Este é, portanto, um momento decisivo na história da humanidade porque, segundo Milton Santos (apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1995):

Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais.

Mas o autor também afirma:

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos neste fim de século 20, se usados de outra maneira, bastariam

para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade.

Kliksberg (2001) acrescenta:

Alcançar a desejada meta do desenvolvimento econômico e social é mais viável que nunca em termos de tecnologias e potencial produtivo. Porém, ao mesmo tempo, o objetivo se encontra muito distante de amplas populações em diversos continentes, entre eles, na América Latina. A “aldeia global” em que se transformou o planeta, onde as interrelações entre os países e os mercados se multiplicam continuamente, parece caracterizar-se por uma explosão de complexidade, direções contraditórias de evolução e altas doses de incerteza.

Assim sendo, percebemos que os rumos futuros dependerão, em grande medida, dos rumos que adotarmos diante da verdade inexorável da globalização, tornando-a mais humanizadora e solidária, ou deixando-a às decisões e vontades “de grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, e as grandes organizações internacionais” (SANTOS apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1995). Eis o tempo de nos posicionarmos.

É neste sentido que caminha este trabalho, na constatação da cultura como um marco importante na diferenciação desse processo “perverso” de globalização. Pois se chegamos a um momento onde é possível que a diversidade seja o guia condutor de nossas ações para a cultura, momento em que passamos a ser não somente diferentes, mas diversos, talvez seja possível também acreditar que uma globalização mais “solidária” seja viável. A questão cultural vem sendo amplamente discutida por vários autores como uma nova possibilidade de se compreender e organizar as nossas cidades. Coelho (2008) fala sobre a relação das cidades e da cultura:

Na nova governança da cidade um papel de relevo está reservado à cultura. Uma nova política cultural para a cidade, apropriada aos novos tempos e aos novos tempos difíceis que se anunciam, está em vias de definição. A ideia de cultura como conjunto de iniciativas que atendem à reivindicação das diferentes linguagens e gêneros clássicos, numa clássica visão de cultura, continua necessária. Mas impõe-se agora uma nova ideia de política cultural firmada na hipótese da centralidade da cultura para as políticas públicas e que trate de encontrar soluções culturais criativas para a vida comum na cidade.

Num ambiente multicultural, como se tornou hoje o espaço urbano, é necessário que uma avaliação real dos aspectos culturais seja levantada a fim de se compreender de quais maneiras podemos tomar a cultura como um fator de desenvolvimento, e também compreender de forma mais ampla o processo de formação das cidades.

Além disso, nos dias atuais, a capacidade de gerar desenvolvimento, inerente à cultura, vem sendo amplamente discutida. E em países desenvolvidos como França, Espanha e Inglaterra, as políticas culturais, o mercado cultural e a economia da cultura já se encontram em estágio avançado de

desenvolvimento. No caso do Brasil, um país de vários “brasis” – com regiões diferenciadamente desenvolvidas, uma grande concentração na distribuição de renda e necessidade constante de mobilidade dos migrantes – a busca por formas alternativas de desenvolvimento vem se mostrando cada vez mais forte no cotidiano da população. Kliksberg (2001) reflete a esse respeito:

O que está acontecendo? Por que não se cumpriram os prognósticos feitos no início dos anos 80, que afirmavam que, seguindo certas políticas, os resultados econômicos e sociais estavam assegurados? O que fracassou? Por que um Continente com recursos naturais privilegiados, com fontes de energia baratas e acessíveis em grande quantidade, com grandes capacidades de produção agropecuária, com uma ótima localização geoeconômica, e que tinha um bom desenvolvimento educativo há décadas atrás, tem indicadores sociais tão pobres? Por que, ainda, uma dimensão que todas as análises coincidem em assinalar como grande entrave para o progresso da região, seus altos níveis de desigualdade, em vez de melhorar, piorou, constituindo-se a América Latina na zona mais polarizada do planeta? O pensamento convencional parece ter esgotado sua possibilidade de dar respostas a interrogações como as indicadas. Faz-se necessário recuperar o que foi uma das maiores tradições deste Continente, a capacidade de pensar de forma criativa e por conta própria, aprendendo da realidade e buscando caminhos novos.

Nessa busca por novas alternativas de desenvolvimento, observamos uma retomada de alguns termos e o surgimento de outros, tais como: Economia Solidária, Redes de Colaboração, ONGs, OSCIPS, Associativismos, Terceiro Setor, Sociedade Civil etc; termos que remetem à outra esfera organizacional da sociedade, uma sociedade que procura se estruturar para causar alterações em si mesma, num movimento de baixo para cima. Atuando no cotidiano para alterar a realidade, o pensamento converge para o desenvolvimento local. É a sociedade civil se organizando, buscando formas alternativas de lidar com a realidade que é tantas vezes penosa e com uma quase total ausência de recursos. Certeau (2008) analisa que “a cidade contemporânea rompe com a universalidade das grandes narrativas e se reconhece como espaço configurado pelo imaginário e pela subjetividade daqueles que por ela circulam”. Nunca como agora a importância das trocas, do micro, do que foge à regra, da subjetividade, do cotidiano, esteve em evidência.

A cultura tem um amplo poder de mobilização da sociedade. Ela é um bem de valor duplo, tanto material quanto imaterial, eleva a autoestima, fortalece os vínculos dos grupos, amplia o diálogo. No campo cultural, até grandes corporações rivais no mercado se tornam parceiras, mesmo que busquem somente visibilidade com isso. E, ainda, a cultura é um bem material cujo valor é diferenciado do valor da lógica de trabalho capitalista (considerado por pensadores da economia clássica quase uma insanidade). Pode fazer girar capital, pode esquentar a economia em ambientes muitas vezes desprovidos de técnica ou aparatos. Vale a pena dizer ainda que, no campo criativo da cultura, muitos valores são criados diferentemente do valor apenas ligado ao dinheiro. Existe o valor de troca, existe o fator motivacional de cada indivíduo, existem os valores abstratos e simbólicos que unem esses indivíduos, existem os valores intrínsecos à arte, existe o valor emocional. Em relação a essa dualidade da cultura Yúdice (2007) afirma:

os bens e serviços culturais são duais, têm valor econômico e valor cultural, que inclui valores estéticos, espirituais, sociais, históricos, simbólicos e de autenticidade, e que não são traduzíveis simplesmente ao valor econômico em termos de preço, diferentemente de outros setores da economia. Esse preço não se estabelece num ponto de equilíbrio no qual os consumidores estariam dispostos a adquirir tudo o que oferecem os produtores, segundo o modelo de oferta e demanda. A razão pela qual existe esse desvio em relação aos outros bens e serviços no mercado tem a ver com a demanda particular pela cultura. Segundo a teoria da utilidade marginal, o preço de um bem ou serviço cai quando o consumidor está satisfeito. Por exemplo, existe um limite para a quantidade de comida que se pode consumir ou o número de sapatos que se pode comprar. Mas na esfera da cultura o consumo de uma unidade adicional pode prover maior satisfação e, portanto originar um consumo maior.

## **Cultura e Trabalho**

O campo do trabalho criativo vem se desenvolvendo cada vez mais, a revolução tecnológica das redes informacionais, a cultura digital, os trabalhos ligados à tecnologia, as redes sociais, as redes colaborativas, os sites de socialização ou social networking como myspace e youtube, todas essas ferramentas alteram de forma significativa as noções de trabalho e de relações de trabalho a que estamos acostumados. Geram as Indústrias Criativas que causam efeitos importantes na configuração da sociedade atual, inclusive em termos de configuração do território e novas territorializações. De acordo com Ana Jaguaribe (2004),

as indústrias criativas representam um conjunto de atividades econômicas emergente, que ultrapassa os limites tradicionais entre a produção e o consumo. As atividades econômicas que compõem o núcleo das indústrias criativas não são, por si mesmas, novas. O desenho arquitetônico, a moda, a publicidade, a produção audiovisual e a música são todas atividades associadas à primeira revolução industrial que adquiriram, no entanto, uma dimensão econômica e social totalmente nova com a globalização e o surgimento da sociedade da informação.

O gráfico a seguir demonstra como seria um exemplo de Economia Criativa integral:



Fig. 1: Setores e subsectores da economia criativa. Elaboração de George Yúdice e Sylvie Durán para Asociación Cultural InCorpore, San José, Costa Rica.

Yúdice (2007) afirma que:

A conveniência desta representação gráfica é que mostra tanto os setores mais produtivos, no sentido econômico propriamente dito, quanto os setores que têm mais a ver com a vida comunitária, a participação e o espaço público, que com frequência está ausente das concepções da economia criativa. Também mostra que esses setores se sobrepõem, o que nos leva a considerar que muitos processos culturais têm atividade econômica ao mesmo tempo em que envolvem a participação da sociedade.

Estamos face a face com o século XXI, uma nova ideia de trabalho, lazer, cultura, economia e desenvolvimento parece se insinuar. Vários pensadores acreditam numa mudança de paradigma, que advém da decadência de um modelo que se mostra insustentável, Capra (1982) deixa isso evidente:

A mudança do paradigma mecanicista para o ecológico (sistêmico) não é algo que acontecerá no futuro. Está acontecendo neste preciso momento em nossas ciências, em nossas atitudes e valores individuais e coletivos e em nossos modelos de organização social. O novo paradigma é mais bem entendido por indivíduos e pequenas comunidades do que por grandes instituições sociais e acadêmicas, que tendem frequentemente a manterem-se presas ao pensamento cartesiano. Para facilitar a transformação cultural, será necessário, portanto, reestruturar nosso sistema de informação e educação, para que os novos conhecimentos possam ser apresentados e discutidos de uma forma apropriada.

É pela ideia do “pensar globalmente e agir localmente” que a cultura vem ao encontro do desenvolvimento local. Quando consideramos mais amplamente o conceito de Economia da Cultura percebemos aí uma grande potencialidade para que isso aconteça. Mas, para tal premissa ser verdadeira, é preciso que as pessoas sejam preparadas para consumir cultura, ao mesmo tempo em que os grupos culturais, produtores, gestores, artistas e pessoas envolvidas na cadeia produtiva da

cultura sejam preparados para trabalhar profissionalmente dentro dessa esfera. Diniz (2008) afirma:

A chamada “economia da cultura” trata da expressão simbólica da cultura de uma sociedade: são os chamados produtos culturais, materializados na forma de bens, serviços e manifestações culturais. A cultura é entendida aqui, portanto, como a manifestação artística da cultura no sentido antropológico. Nessa abordagem, as ferramentas da economia são utilizadas com o fim de avaliar a importância econômica da cultura do ponto de vista da geração de renda e empregos, bem como subsídios para políticas públicas na área da cultura. São analisadas as relações de oferta, distribuição e demandas culturais, identificadas falhas de mercado e restrições individuais que limitam o acesso e o consumo de bens culturais, entre outros.

Quando pensamos em cultura e na busca por formas alternativas de se gerar desenvolvimento, outro termo que fica bastante em evidência é a Economia Solidária. A Economia Solidária teve origem ainda no século XX e tem como característica a valorização maior do ser humano do que do capital. Possui uma inovadora capacidade alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Assim sendo, compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão. No Campus Virtual de Economia Solidária, lê-se que:

O princípio da economia solidária é que a introdução de níveis crescentes e qualitativamente superiores de solidariedade nas atividades, organizações e instituições econômicas, tanto no nível das empresas quanto dos mercados e as políticas públicas, aumenta a eficiência micro e macroeconômica, e gera benefícios sociais e culturais que favorecem toda a sociedade.

Neste sentido entra a valorização da diversidade; é necessário conhecer os grupos e ações culturais que compõem o nosso bairro, a nossa cidade, as cidades, as regiões, o nosso país. É urgente saber quais ações vem sendo desenvolvidas, potencializá-las e utilizar de todas as novas tecnologias, mídias sociais disponíveis e as diversas formas alternativas de se gerar desenvolvimento para ampliar o poder de ação de cada uma delas. Quando fazemos girar o conteúdo criativo, não trabalhamos com matéria, mas com ideias, e essas se multiplicam constantemente. Há uma frase de um escritor irlandês, George Bernard Shaw (1856-1950), que se encaixa bem no que pretendemos dizer aqui: “Se você tem uma maçã e eu tenho uma maçã e nós trocamos essas maçãs, então eu e você ainda teremos uma maçã cada. Mas se você tiver uma ideia e eu tiver uma ideia e nós trocamos ideias, então cada um de nós terá duas ideias”.

Por isso, cremos ser importante o mapeamento cultural, é ele o instrumento que irá levantar estas ações, sistematizando-as, estabelecendo possíveis conexões, pra além das que já se estabelecem espontaneamente. Segundo Castro (1990),

A cidade revela-se ao geógrafo como um conjunto de formas e funções, cujos componentes simbólicos e cujo imaginário que identifica e atribui valor aos seus signos, assume, cada vez mais, dignidade acadêmica. Esta abordagem abre espaço a um olhar mais generoso sobre a cidade e seus habitantes, onde cada ruela, cada esquina, cada grupo, cada festa, cada drama adquire um significado social e espacial. (Apud SOARES: 1995)

Assim, o mapeamento cultural se torna um instrumento capaz de captar as diversidades e particularidades culturais de cada lugar. Para além da mera demonstração, mas com o intuito claro de atuar junto a essas iniciativas. Vamos falar um pouco mais sobre diversidade.

### **Diversidade cultural e desenvolvimento**

Em 2005, a UNESCO propôs a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, sendo que a mesma foi adotada em vários países do ecúmeno. O Brasil foi um deles. Nessa Convenção, foram levantadas importantes questões sobre a necessidade de se buscar a diversidade, entendida como

a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade; a diversidade cultural constitui patrimônio comum da humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos; a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações; a diversidade cultural, ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social e mútuo respeito entre povos e culturas, é indispensável para a paz e a segurança no plano local, nacional e internacional (UNESCO, 2005).

Além disso, foi amplamente discutida a possibilidade da cultura como um vetor de desenvolvimento:

Destacando a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, bem como da cooperação internacional para o desenvolvimento, e tendo igualmente em conta a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), com sua ênfase na erradicação da pobreza. Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade. Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção (UNESCO, 2005).



E salientando ainda a importância de se proteger a diversidade cultural em um mundo globalizado, onde o duelo entre o local e o global está cada vez mais evidente:

Reconhecendo a necessidade de adotar medidas para proteger a diversidade das expressões culturais incluindo seus conteúdos, especialmente nas situações em que expressões culturais possam estar ameaçadas de extinção ou de grave deterioração. Enfatizando a importância da cultura para a coesão social em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade. Ciente de que a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas constantes e da interação entre cultura (UNESCO, 2005).

Apontando a importância da cultura para a autoestima, e o reconhecimento e identidade de um povo:

Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas ideias e valores. Recordando que a diversidade linguística constitui elemento fundamental da diversidade cultural, e reafirmando o papel fundamental que a educação desempenha na proteção e promoção das expressões culturais. Tendo em conta a importância da vitalidade das culturas para todos, incluindo as pessoas que pertencem a minorias e povos indígenas, tal como se manifesta em sua liberdade de criar, difundir e distribuir as suas expressões culturais tradicionais, bem como de ter acesso a elas, de modo a favorecer o seu próprio desenvolvimento. Sublinhando o papel essencial da interação e da criatividade culturais, que nutrem e renovam as expressões culturais, e fortalecem o papel desempenhado por aqueles que participam no desenvolvimento da cultura para o progresso da sociedade como um todo (UNESCO, 2005).

E, finalmente, reconhecendo a dualidade inerente à cultura material e imaterial:

Reconhecendo a importância dos direitos da propriedade intelectual para a manutenção das pessoas que participam da criatividade cultural. Convencida de que as atividades, bens e serviços culturais possuem dupla natureza, tanto econômica quanto cultural, uma vez que são portadores de identidades, valores e significados, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem valor meramente comercial. Constatando que os processos de globalização, facilitado pela rápida evolução das tecnologias de comunicação e informação, apesar de proporcionarem condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres (UNESCO, 2005).

A partir da Convenção foram estabelecidos objetivos para que as premissas levantadas sobre a necessidade de proteção e promoção da diversidade cultural fossem atendidas. Dentre esses

objetivos, reiterava-se que os países que aderissem à mesma estabelecessem ações no sentido de executar o que havia sido planejado. Dentre eles, destacamos:

- proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;
- promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;
- reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território;

Com relação à necessidade de organização da sociedade civil, a Convenção diz que:

as Partes reconhecem o papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. As Partes deverão encorajar a participação ativa da sociedade civil em seus esforços para alcançar os objetivos da presente Convenção (UNESCO, 2005).

É interessante observar que a Convenção é a maior interessada em promover desenvolvimento através da diversidade, já que as políticas públicas e a economia por si mesma têm se mostrado incapazes de atuar de forma socialmente responsável. Bernard (2005) afirma que:

a sociedade civil deve ser não apenas o *provocador* da Convenção e da sua avaliação, mas também *seu principal vetor*. Quaisquer que sejam as formas, elas próprias diversas e plurais, assumidas por esse processo organizado de avaliação, a sociedade civil deve ser ao mesmo tempo seu lugar de coleta de dados, de arquivamento, de inventário, de comparação, de validação, bem como de diagnóstico transdisciplinar e contraditório.

Nesse sentido, é necessário que a sociedade civil seja considerada como fator essencial à sobrevivência da diversidade cultural. E, ainda, que a importância da mesma seja reconsiderada em todo o âmbito social. Por um tempo houve uma ideia de dissolução da sociedade civil, entretanto, esta vem se fortalecendo e, para que as desigualdades sociais venham realmente a ser diminuídas, urge que cada vez mais a sociedade civil ganhe voz. Isto constitui, segundo Kliksberg (2001), uma das falácias de nosso desenvolvimento social:

A falácia arrazoa em termos de uma dualidade básica: Estado *versus*

mercado. Nos fatos, a situação é muito mais matizada. Existe um sem número de organizações que não são nem uma coisa nem outra. Foram criadas com finalidades diferentes. Os atores sociais que se encontram por trás delas são outros, e as metodologias que utilizam não são de Estado nem de mercado. Este mundo compreende, entre outras: as organizações não governamentais em contínuo crescimento na América Latina que foram denominadas com freqüência de terceiro setor e que realizam múltiplas contribuições no campo social; os espaços de interesse público, que são fórmulas especiais muito usadas nos países desenvolvidos onde numerosas Universidades e hospitais foram fundados por eles — trata-se de empreendimentos a longo prazo animados por numerosos atores públicos e privados, modelos econômicos que não são de mercados típicos como as cooperativas, que têm alta presença em diversos campos, e o amplo movimento de luta contra a pobreza desenvolvido em toda a região pelas organizações religiosas, cristãs, protestantes e judaicas que estão na primeira linha da ação social. A realidade não é só o Estado e o mercado como pretende a falácia. Inclusive alguns dos modelos de organização e gestão social e geral mais efetivos de nosso tempo foram desenvolvidos nesta vasta área diferente de ambos.

Devemos então dar o destaque real a esse outro setor que se mostra tão amplamente ativo, trazendo à luz a noção de “capital social” e definindo de quais formas ele pode efetivamente atuar no sentido de melhorar a qualidade de vida nos países em desenvolvimento. Kliksberg (2001) ainda afirma que:

desenvolver o capital social significa fortalecer a sociedade civil através de políticas que melhorem a confiança, que, segundo dizem os mesmos estudos, em sociedades polarizadas é muito fortemente erodida pela desigualdade. Também implica propiciar o crescimento da associatividade e contribuir para fazer amadurecer a consciência cívica. O arrazoamento econômico convencional tem estado amarrado a ideias muito estreitas sobre os fatores que contam, que não consideram estes elementos, ou que os relegam. Por trás da falácia da incredulidade sobre a sociedade civil, encontra-se uma rejeição mais ampla da ideia de que há outros capitais que se deve ter em conta, como o social. Um fechado “reducionismo economicista” obstrui a passagem para ampliar a visão do desenvolvimento com sua incorporação e para extrair as conseqüências conseguintes em termos de políticas de apoio ao fortalecimento e potencialização das capacidades latentes na sociedade civil.

Há de se fazer um esforço conjunto a fim de se superar essas dificuldades, e permitir que formas alternativas de arranjos sociais viabilizem outras possibilidades, mais criativas, de se lidar com o problema da pobreza e do desenvolvimento social. Kliksberg (2001) enfatiza que:

O capital social e a cultura começaram a instalar-se no centro do debate sobre o desenvolvimento não como adições complementares a um modelo de alto vigor que se aperfeiçoa um pouco mais com eles. Todo o modelo está sofrendo severas dificuldades por suas distâncias com os fatos; e as críticas procedentes de diversas origens se encaminham de um modo ou outro, a “recuperar a realidade” com vistas a produzir,

em definitivo, políticas com melhores chances de atingir as metas finais. Nesse quadro, a entrada desses conceitos no debate parte do esforço por dar à realidade toda a reflexão sobre o desenvolvimento. O capital social e a cultura são componentes-chaves destas interações. As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento serão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se, pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição, pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento.

O “capital social” liga-se diretamente às formas de relacionamento de uma sociedade, segundo Stephan Baas (1997 apud KLIKSBURG, 2002), o capital social “tem a ver com coesão social, com identificação com as formas de governo, com expressões culturais e comportamentos sociais que fazem a sociedade mais coesiva e mais do que uma soma de indivíduos”. Com base nesta afirmação percebemos que o “capital social” é a liga que une a sociedade e pode ser também a plataforma que despertará na mesma a motivação necessária para se unir em prol de melhorias, levando-a a compreender a importância da sociedade civil nos rumos futuros e ainda, gerar formas alternativas de desenvolvimento, mais solidárias e humanas.

Parece bastante claro a ligação entre cultura e desenvolvimento; entretanto, esse movimento exige algum esforço, dado que a forma como a sociedade vem construindo a sua história ainda não havia atentado pra isto. Barros (2009) analisa a cultura em seu momento atual:

Pensar nas possíveis articulações entre cultura, diversidade e desenvolvimento implica em reconhecer tais instâncias inseridas no contexto contemporâneo, o qual se orienta pela égide das conexões e deslocamentos nos mais diferentes domínios: simbólicos, geográficos, políticos e socioeconômicos.

Isto significa dizer que entender a importância da cultura como um fator de desenvolvimento passa por compreender a nova realidade socioespacial que vivemos, de forma a perceber as novas realidades que nos são impostas pelo momento vivido pela civilização e, então, atuar dentro delas. Nesse sentido Barros (2009) traz a ideia da “cultura da mudança”. “Mudança, nesse sentido, é menos uma questão técnica e mais um regime de sensibilidade que se desdobra em fazeres, um modelo de ação e representação”. O autor complementa,

a “cultura da mudança” é, portanto, resultado de uma disponibilidade para o futuro, para o novo, para o desconhecido: o resultado da capacidade de abertura para o mundo. Não se trata da afirmação da ditadura da mudança, do equívoco de se tomar a mudança como sinônimo de excelência e desenvolvimento. Trata-se de reconhecer que sociedades e instituições são desafiadas continuamente pela história. Há mudanças e mudanças. Mudanças que produzem movimento e desenvolvimento e mudanças que consolidam a permanência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltemos ao mapeamento cultural. Quando se pensa em mapear culturas, não pretendemos levantar apenas os equipamentos culturais que existem nos espaços propostos. Mas também, grupos e iniciativas que têm em comum a produção e reprodução da cultura, sejam eles de resistência ou não. Pessoas e grupos envolvidos com o fazer artístico, seja artesanato, dança, música, teatro, pintura, festas típicas etc. Isto pela importância já levantada da cultura como vetor de desenvolvimento e, também, de fio condutor para o fortalecimento do “capital social”.

Se acreditarmos na possibilidade de uma humanidade mais orgânica, onde a diversidade, a cultura, o social e a luta pela identidade têm sua devida importância, devemos traçar caminhos onde não impera somente a premissa do desenvolvimento econômico. Num mundo inevitavelmente multicultural, onde a cidade é o espaço por excelência dessa convivência e há um grande número de pessoas pobres que estão à margem do processo de mundialização cultural, tornou-se imperativo e urgente pensar e conceber formas e modos de desenvolvimento que levem em conta essa situação. Mais do que isso: sobressai a necessidade de todos nós reconhecermos que todas as culturas produzem conhecimentos e saberes que são indispensáveis à construção de uma nova ordem social. Não existem culturas superiores, mas diferentes. O reconhecimento dessa diversidade criadora constitui um dos elementos fundadores de grande alcance na perspectiva de sairmos de um paradigma excludente e marcado pela iniquidade em direção a um paradigma de desenvolvimento humano sustentável, sob o ponto de vista econômico e político.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio (Org.). **As mediações da cultura: arte, processo e cidadania**. Belo Horizonte: Editora da PUC/Minas, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BERNARD, François de. **A convenção sobre a diversidade cultural espera para ser colocada em prática! 4 tarefas prioritárias para a sociedade civil**. Disponível em: <<http://www.mondialisations.org>>. Acesso em: 30 maio 2010.

CAMPUS VIRTUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.economiasolidaria.net/>>. Acesso em: 30 maio 2010.

CANCLINI, N. G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

CLANCLINI, N.G. *Imaginários culturais da cidade: Conhecimento / espetáculo / desconhecimento*. In: T. COELHO (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

COELHO, Teixeira. Uma nova gestão cultural da cidade. In: T. COELHO (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Geografia cultural e o urbano**.

In: Z. Rosendahl; R. L. Corrêa (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DINIZ, Sibelle C. Análise do setor cultural nas regiões metropolitanas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.] 2008.

JAGUARIBE, Ana. **As indústrias criativas: parâmetros para as políticas públicas**. In: Workshop da UNCTAD sobre as Indústrias Criativas Empreendedoras. São Paulo, 9 de junho de 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento**. In: Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe. Brasília, 2002.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. **Guia cultural das vilas e favelas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2004.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.

\_\_\_\_\_. O olhar estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC. São Paulo: Itaú Cultural, n. 8, abr./jul. 2009.

ROMULO, Avelar. **O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural**. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SEEMAN, Jörn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTTS, A. J. P. (Org.). **Geografia leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização mais humana**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2009.

SOARES, Beatriz R. **Uberlândia: da Cidade-Jardim ao Portal do Cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro.** 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980.

UNESCO. **Convenção para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, Paris:** [s.n.], 2005.

\_\_\_\_\_. **Nossa diversidade criadora.** Relatório da Comissão Mundial de Pesquisa e Desenvolvimento. Campinas: UNESCO, Brasília: Papyrus, 1995.

YÚDICE, George. **Economia da cultura no marco da proteção e promoção da diversidade cultural.** In: OFICINA VIRTUAL DE ECONOMIA DA CULTURA E DIVERSIDADE organizada pelo Ministério da Cultura do Brasil e preparatória para o Seminário Internacional da Diversidade Cultural. New York University, 2007.

Submetido em 30 de junho de 2010

Aprovado em 23 de agosto 2010